COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comunicado

Credenciamento de Agente

O Diretor-Presidente da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições estatutárias, credencia os empregados abaixo relacionados, na qualidade de AGENTE DA CETESB - FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE FONTES DE POLUIÇÃO, RECURSOS NATURAIS E ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS, conforme previsto na Norma Administrativa - NA 025.

CREDENCIADO	Nº REGISTRO
Daniel Sarti Franco	879
Reinaldo Pereira de Queiroz	880

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Despachos do Procurador Geral do Estado, de 27-03-2014

no Processo PGE 17040-1382313/2013. Interessado: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado. Assunto: Declaração de inexigibilidade para assinatura on-line de periódicos jurídicos editados pela Empresa Zênite Informação e Consultoria S/A. "Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei federal 8.666/93, com a redação dada pelo artigo 17 da Lei federal 11.107/2005, a inexigibilidade de licitação declarada pela Procuradora do Estado Assistente Respondendo pelo Expediente do Centro de Estudos da PGE, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal 8.666/93, para a assinatura on-line de periódicos jurídicos editados pela Empresa Zênite Informação e Consultoria S/A."

no Processo PGE 16678-198087/2014. Interessado: Procuradoria Regional de Campinas. Assunto: Declaração de inexigibilidade de licitação para contratação, por meio de credenciamento, de empresas interessadas em fornecer refeições preparadas aos servidores da PR-5. "Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei federal 8.666/93, com a redação dada pelo artigo 17 da Lei federal 11.107/2005, a inexigibilidade de licitação declarada pelo Procurador do Estado Respondendo pelo Expediente da Procuradoria Regional de Campinas, com fundamento no artigo 25, caput, da Lei federal 8.666/93, para contratação, por meio de credenciamento, de empresas interessadas em fornecer, em seus próprios estabelecimentos, refeições preparadas aos servidores da Procuradoria Regional de Campinas – PR-5."

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicado

A Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado COMUNICA que estão abertas cinco vagas para inscrição de Procuradores do Estado de São Paulo interessados em participar do XIV Congresso Brasileiro de Direito do Estado, promovido pela Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, a ser realizado entre os dias 07 e 09 de maio p.f, no Bahia Othon Palace Hotel, localizado na Avenida Oceânica, 2294 - Ondina, Salvador/BA, com a seguinte programação:

PROGRAMAÇÃO:

07 de maio - Quarta-Feira

09:30 – 12:00 - CONFERÊNCIAS DE ABERTURA

O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DIREITO BRASILEIRO Expositores: Dalmo de Abreu Dallari (SP) - Professor Emérito da USP.

O DIREITO PRIVADO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: EVOLUÇÃO E IMPACTO NO DIREITO ADMINISTRATIVO - Floriano de Azevedo Marques Neto (SP) – Professor Titular de Direito Administrativo da USP. Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Doutor em Direito pela USP. Livre-Docente pela USP. Advogado.

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E SEGURANÇA JURÍDICA - Maria Sylvia Zanella di Pietro (SP) – Professora Titular de Direito Administrativo da USP-SP. Ex-Procuradora Jurídica da USP. Advogada

12:00 - 14:00 - Intervalo para Almoço

14:00 - 16:00 - Mesa – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO: QUESTÕES PRÁTICAS

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS OBRIGATÓRIAS NA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E NA REGULAÇÃO ECONÔMICA: REQUISITOS DE VALIDADE - Irene Patrícia Nohara (SP) – Livre docente, doutora e mestre em Direito do Estado pela USP. Professora do Mestrado em Direito da Universidade Nove de Julho. Advogada.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO REQUISITO DE VALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO DE PLANEJAMENTO URBANO: ULTRAPASSANDO OS LIMITES DO PLANO DIRETOR - Paulo Modesto (BA) – Professor de Direito Administrativo da UFBA. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público e do Instituto de Direito Administrativo da Bahia. Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e do Ministério Público da Bahia.

Debates

16:00 - 16:30 - Intervalo para Café

16:30 - 19:00 - Mesa – LEI ANTICORRUPÇÃO E LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O QUE MUDA COM A APROVAÇÃO DA LEI 12.846/2013

LEI ANTICORRUPÇÃO E LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS - A VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - Rita Tourinho (BA) – Professora de Direito Administrativo da UFBA. Mestre em Direito Administrativo pela UFPE. Promotora de Justiça no Estado da Bahia.

A LEI ANTICORRUPÇÃO E SUA REPERCUSSÃO NAS POLÍTICAS DE "COMPLIANCE" DAS EMPRESAS BRASILEIRAS E MULTINACIONAIS - Clovis Torres (Brasil, RJ) – Consultor Geral da Vale S.A. Secretário Geral do Conselho e responsável pela área de Compliance da Vale S.A. S. Ex-Vice-presidente da Bahia Mineração. Advogado.

ACORDOS DE LENIÊNCIA E SUA REPERCUSSÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARA A DEFESA DA CONCORRÊNCIA - Thiago Marrara (SP) – Professor de Direito Administrativo da USP-Ribeirão Preto. Doutor em Direito Público pela Ludwig Maximilians Universität - LMU de Munique, Alemanha. Editor da Revista Digital de Direito Administrativo (RDDA) da USP.

Debates

08 de maio– Quinta-Feira

10:00 – 12:00 - CONFERÊNCIAS DE ABERTURA

ABUSO DO DIREITO DE TRIBUTAR – TRIBUTAÇÃO E PROIBIÇÃO DO CONFISCO – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: O CASO DA ELEVAÇÃO ABRUPTA DO IPTU EM SÃO PAULO E SALVADOR - Sacha Calmon Navarro Coelho (MG) – Professor Titular de Direito Tributário da UFMG. Membro da Academia Brasileira de Direito Tributário. Advogado.

AMPLITUDE E CONSEQUENCIAS DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ABUSIVO PARA O CONTRIBUINTE E PARA OS SEUS ASSESSORES - Marco Aurélio Greco (SP) – Doutor em Direito e Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. Ex-Professor da Fundação Getúlio Vargas DireitoGV/SP. Membro Associado da European Association of Tax Law Professors.

12:00 - 14:00 - Intervalo para Almoço

14:00 - 16:00 - Mesa – TRIBUNAIS SUPERIORES E TRIBUTAÇÃO

Expositores:

CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DO STF SOBRE O CONCEITO DE RENDA – IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA OS CONTRIBUINTES - Paulo Roberto Lyrio Pimenta (BA) – Professor de Direito Tributário da UFBA. Doutor em Direito pela PUC/SP. Juiz Federal na Bahia.

TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS E NOVA ORIENTAÇÃO DO STF - Maurício Zockun (SP) – Mestre em Direito Tributário e Doutorando em Direito Administrativo pela PUC/SP. Professor de Direito Administrativo e Fundamentos de Direito Público na Faculdade de Direito da PUC/SP

Debates

16:00-16:30 - Intervalo para Café

16:30 - 19:00 - Mesa – DIREITO TRIBUTÁRIO E DESENVOLVIMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: QUAL A COMPETITIVIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, EM ESPECIAL PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS - Patrícia Falcão (BA) – Professora de Direito Tributário da Faculdade Ruy Barbosa. Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. Advogada.

A IMUNIDADE RECÍPROCA E A REPERCUSSÃO ECONÔMICA DOS IMPOSTOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS - Cleucio Santos Nunes (DF) – Doutorando em direito pela Unb. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos-SP. Professor de Direito Tributário e Administrativo do Centro de Ensino Superior de Brasília – IESB. Advogado. Vice-Presidente Jurídico da ECT.

LIMITES DO USO DA TRIBUTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO URBANÍSTICA - Pedro Caymmi (BA) – Professor de Direito Financeiro e Tributário da UFBA. Mestre em Direito Público pela UFBA. Procurador do Município do Salvador.

Debates

09 de maio– Sexta-Feira

10:00 – 12:00- CONFERÊNCIAS DE ABERTURA

O PODER JUDICIÁRIO E A DEFESA DA CONSTITUIÇÃO: LIMITES DO ATIVISMO E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA - Ministro Luis Roberto Barroso (RJ) – Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor Titular de Direito Constitucional da UERJ-RJ. Advogado.

CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS MARCOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 – COMO ASSEGURAR EFICÁCIA À VOZ DAS RUAS - Ministro Carlos Ayres Britto (DF) – Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor de Direito Constitucional da Universidade Federal de Sergipe.

12:00 - 14:00 - Intervalo para Almoço

14:00 - 16:00 - Mesa – RESPONSABILIDADE DO ESTADO E CONTROLE PÚBLICO

Expositores:

RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO, FOMENTO E CONTROLE DE PREÇOS - Fernando Vernalha Guimarães (PR) – Professor do Mestrado e Doutorado da UFPR. Mestre e Doutor em Direito do Estado pela UFPR. Pós-Graduado em Regulação Pública pela Universidade de Coimbra. Diretor da Revista de Direito Público da Economia. Advogado.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS EMANADOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS -Weida Zancaner (SP) – Professora de Direito Administrativo da PUC-SP. Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Ex-Assessora Jurídica do Tribunal de Contas de São Paulo. Advogada.

16:00 - 16:30 - Intervalo para Café

16:30 - 18:30 - CONFERÊNCIAS DE ENCERRAMENTO

TRIBUTAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS - Ministra Regina Helena Costa (DF) – Ministra do Superior Tribunal de Justiça. Livre-Docente em Direito Tributário pela PUC-SP. Mestre e Doutora em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora da graduação e do mestrado da PUC-SP.

EFICÁCIA DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS ADMINISTRADOS NO DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO - Celso Antônio Bandeira de Mello (SP) – Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP. Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo e do IDAP. Advogado.

Os pedidos de inscrição deverão ser encaminhados ao Serviço de Aperfeiçoamento do CE, até o dia 14-04-2014 às 17h, pelo fax (11) 3286-6992 nos termos do modelo anexo ou por correio eletrônico – Notes (Aperfeiçoamento Centro de Estudos/PGE/BR), hipótese em que a solicitação poderá ser enviada diretamente pela Chefia com autorização expressa.

Caso o número de interessados supere o número de vagas disponíveis, será procedida a escolha por sorteio de acordo com o critério estabelecido, que será realizado em sessão pública nas dependências da sede do Centro de Estudos, às 17h30 do dia 15-04-2014.

Se for o caso, os inscritos poderão requerer diárias e reembolso de transporte nos termos da Resolução PGE 28, de 31-10-2012, da Resolução PGE 59, de 31-01-2001 e do Decreto 48.292, de 2.12.2003.

Os participantes deverão apresentar ao Serviço de Aperfeiçoamento cópia do certificado de participação, bem como o relatório das atividades no prazo de 10 dias úteis a contar do encerramento do evento, sob pena de restituição dos valores despendidos.

ANEXO

Senhora Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado,

_____ Procurador (a), em exercício na _____ _____, endereço comercial _____ _____, telefone_____ e-mail_____, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer sua inscrição no XIV Congresso Brasileiro de Direito do Estado, promovido pela Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, a ser realizado entre os dias 07 e 09 de maio p.f, no Bahia Othon Palace Hotel, localizado na Avenida Oceânica, 2294 - Ondina, Salvador/BA.

(Local/Data)

Assinatura:

Declaro estar de acordo com o requerido e que o(a) interessado(a) não estará em gozo de férias ou licença-prêmio no período.

(Local/Data)

Assinatura:

_____

Procurador(a) Chefe da Unidade

Comunicado

A Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, por ordem do Procurador Geral do Estado, convoca os servidores relacionados abaixo para participar do "Curso de Capacitação Jurídica para os Servidores da PGE: controle, gestão, cobrança e normatização legal da Dívida Ativa no Estado de São Paulo", dirigido aos servidores da Procuradoria Geral do Estado, a realizar-se nas dependências da Escola Superior da PGE, na Rua Pamplona, 227 – 2º andar – salas 03/04 – Jardim Paulista – São Paulo – SP, nos dias 04, 07 e 09-04-2014, sexta-feira, segunda-feira e quarta-feira, respectivamente das 8:30 hs às 12h30 e das 13h30 às 17h30, com a seguinte programação:

Conteúdo:

1) Processo Administrativo: instrução, documentos necessários, Estatuto do Contribuinte, Lei do Processo Administrativo, GDOC

2) inscrição de Débitos em Dívida Ativa, tipos de débitos, assunção da Dívida Ativa pela PGE, site do contribuinte

3) cancelamento de débitos: pagamento anterior, parcelamento anterior, decisão judicial, duplicidade de CDAs, erro material, substituição de GIA

4) substituição de CDA

5) correção de GARE

6) prescrição e decadência

7) Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

8) ARISP

9) CAEX

10) DETRAN

11) IPVA e protesto de CDA

12) CADIN

13) ajuizamento – Aspectos jurídicos e práticos

14) PGE.NET

15) Parcelamento de Débitos

16) Benefícios Fiscais

17) PPI/PEP

Expositores:

Igor Bueno Peruchi

Sibele Ferrigno Poli Ide Alves

Lucilia Aparecida dos Santos

Lucia de Faria Freitas

Renato Peixoto Piedade Bicudo,

Valéria Luchiari Magalhães,

Márcia Aparecida de Andrade Freixo,

Elaine Vieira da Mota,

Alexandre Aboud,

Bruno Maciel dos Santos

Todos são Procuradores do Estado classificados na Coordenadoria da Dívida Ativa, Subprocuradoria Geral da Área do Contencioso Tributário-Fiscal.

Servidores convocados:

DIA 04-04-2014

PROCURADORIA FISCAL

Alcione Barbosa

Eduardo Lima Macambyra

Aline Inagaki de Souza

Josiane da Silva Emídio

Ana Hirose Sakai

Alyson Takayassu Yamakawa

Simone Aparecida Silva

Izabela Morgado Severiano de Oliveira

Fábio Marques de Jesus

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO - PR-1

SECCIONAL DE GUARULHOS

Angélica Souza de Carvalho

Antonia Maria Moreira

Murilo V. Siquelli

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE MOGI DAS CRUZES

Batista Venâncio Correa

Mariana Pires da Costa Silva

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE SANTO ANDRÉ

Abadia Silva dos Santos

Agnário José de Sousa

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE DIADEMA

Adriana Aparecida de Almeida

Virna Andréa França de Camargo

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE OSASCO

Adriana Ferreira

Andreluci de Oliveira Barbosa Figueiredo

Oscar Noryuki Haguimoto

Regina dos Santos Viriato

Rubilham Andrade

Sonia Antonia Luciano Fontes

Wanderlene Leopoldino

PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS – PR-2

Danusa Fragoso Silvestre

PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ – PR-3

Adriana Maria Anghietti Esteves

Aurelisa Santoro Coutinho

Camila Scudelario Campos

PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA – PR-4

Pedro Sava Hun Junior

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS – PR-5

Maria Aparecida de Avelar Arruda

Maria Catarina de Jesus Silva

Ana Eliza Marini Separovic

Sandra Mara Rodrigues de Souza

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

SECCIONAL DE LIMEIRA

Mariza Conceição Gomes

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

SECCIONAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Josi Cristina Soriano Ribeiro

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

SECCIONAL DE PIRACICABA

Lucas Marchini Perina

Sandra Cristina Fernandes Mesquita

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

SECCIONAL DE BRAGANÇA PAULISTA

Yuri Affonso Vieira

PROCURADORIA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO – PR-6

Alexandre de Paula Haddad

Geisa Alves de Oliveira

PROCURADORIA REGIONAL DE BAURU – PR-7

Marcelo Pelegrino Mastriani

Mauro Tatsuya UE

PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – PR-8

Hugo Leonardo Scalco de Melo

Mariangela Pelizer Correa

Kristofferson Cortizo

PROCURADORIA REGIONAL DE ARAÇATUBA – PR-9

Diva Gabriel Leal

PROCURADORIA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE – PR-10

Francisca de Fátima Falconi da Hora Mendes

Helena Aparecida Catucci Cavalli

PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO CARLOS – PR-12

Márcia Aparecida Arguero Morais

Daiane de Fátima Giacomeli

SUBPROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA ÁREA DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL

Fabiana de Pinho Beraldo

DIA 07-04-2014

PROCURADORIA FISCAL

Elizete Gonçalves

Maurício Germoliato

Guilherme Moreira de Souza

Márcia Barroso Cordeiro

Camila Ferrari Galacini

José Sales Guimarães

Cristiane Ferraz Bucheb

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO - PR-1

SECCIONAL DE GUARULHOS

Paulo Alves Soares

Walter de Souza

Vânia Izabel Dias Teixeira

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE MOGI DAS CRUZES

Evandro Pagliai Junior

Keila Tiemi Sakamoto

Benedito da Silva

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE SANTO ANDRÉ

Marilda Garcia Rebelo Leite

Lawrence Almeida Pereira

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE DIADEMA

Márcia Yasue Toyoshima

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE OSASCO

Anderson Pedro da Silva

Maria Aparecida Teixeira

Marília Aparecida Cuvice

Eduardo dos Anjos Resende

Ismael de Almeida Santana

Claudia Renata dos Santos

PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS – PR-2

Daniel Barros Horta

PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ – PR-3

Dênis Alves da Fonseca

Rafael Luis Carvalho Salgado

Renan Rodrigues Santana

Mariana Pacheco Palhares

PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA – PR-4

Ivan Zentei Arakaki

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS – PR-5

Maria José de Azevedo Irineu

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

SECCIONAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Aparecida Conceição Moretti

Maria Alice Camejo de Mello Vieira

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

SECCIONAL DE BRAGANÇA PAULISTA

Cleusa Margarida da Silva de Pádua

PROCURADORIA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO – PR-6

Ana Paula Farnesi

PROCURADORIA REGIONAL DE BAURU – PR-7

Ana Maria Borges Romão

Juliana Ungefehr

Rayfranete Neves Mastriani

PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – PR-8

Eliana Migueletti de Paula

Célia Aparecida Belizário

Celina Cecília de Oliveira

PROCURADORIA REGIONAL DE ARAÇATUBA – PR-9

Márcio Luiz Losilla Gouvêia Junior

Vilma Gomes da Costa Garcia

PROCURADORIA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE – PR-10

Fernando Fernandes Barbosa

Wilson José Girardi Fácio

PROCURADORIA REGIONAL DE MARÍLIA – PR-11

Antônio Milton Esteves Ferraz

José Maria Cazari

PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO CARLOS – PR-12

Márcia Aparecida Batistini Gauthier Caraccioli

Célia Dakuzaku Kuniyoshi

SUBPROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA ÁREA DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL

Jorge Harada

Eduardo do Vale Barbosa Filho

Valéria Cecília de Girolamo Dib

Valdeci Cardoso Arruda de Siqueira

Juliana Aguilera do Nascimento Silva

Sônia Maria Passos Gonçalves

DIA 09-04-2014

PROCURADORIA FISCAL

Eni Aparecida Norberto

João Pereira da Silva Filho

Wanda de Oliveira

Suely Maria Dias Freitas

Heitor Furgione Sobrinho

Amélia Amaral Levy

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO - PR-1

SECCIONAL DE GUARULHOS

Alan Correia do Nascimento

Durvaldo Miguel Caetano

Aymar Aparecida Ribeiro

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE MOGI DAS CRUZES

Odete Alexandre Braga

Rogério Mitsuo Odorize Ikem

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE SANTO ANDRÉ

Pasqualina Lima da Silva

Voleide Braga Lima dos Santos

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE DIADEMA

Rosana Dantas dos Santos

Jucélia Maria da Silva Souza

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

SECCIONAL DE OSASCO

Genilda Santos Assunção

Juliana de Santana Figueiredo

Margarida de Araújo Alves

Miriam Aparecida Nallis

Vera Lúcia Boszko Martins Dória

Flávio José Silva

Márcia Regina Lopes dos Santos

PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS – PR-2

SECCIONAL DO VALE DO RIBEIRA

Tiago Campos da Conceição

Fábio Rogério Pereira da Silva

PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ – PR-3

Lisete Sant´Anna Geraidine Bonato

PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA – PR-4

Ana Paula Gonçalves Leite

Rita de Cássia da Silva

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS – PR-5

Heloisa Teixeira Penteado

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS – PR-5

SECCIONAL DE LIMEIRA

Tânia Renata Siscão

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

SECCIONAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Mariana Giacon Santa Rosa

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

SECCIONAL DE BRAGANÇA PAULISTA

Dulce de Amorim do Nascimento

PROCURADORIA REGIONAL DE BAURU – PR-7

Marcos Antônio Cappelletti

Nicole Leno Fernandes

PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – PR-8

Maurício Sartório Carlotti

Marcelo Coelho Lorecin

Silvia Mara B. de Oliveira

PROCURADORIA REGIONAL DE ARAÇATUBA – PR-9

Andresa Albanes Moreira

Mariana Fontes do Amaral

PROCURADORIA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE – PR-10

Neusa Alves de Paula

Thais Aparecida Nakanishi Pereira

PROCURADORIA REGIONAL DE MARÍLIA – PR-11

Letícia Midori Yamakawa

Midori Suiama

SUBPROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA ÁREA DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL

Paulo Nunes

Paula Carolina Luzzi

Isaac Firochi Moromizato

Davi Batagini Balieiro Miraldo

Eduardo Roberto de Souza

Republicado com alterações.

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 29 de março de 2014 às 04:08:50.